

FABIOLA SOARES OLIVEIRA

**A CULTURA POPULAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO FUNDAMENTAL (8ª SÉRIE/2004-2005)**

**CAMPINA GRANDE
NOVEMBRO /2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.**

**A CULTURA POPULAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO FUNDAMENTAL (8ª SÉRIE/2004-2005).**

**Monografia apresentada ao curso de
História para obtenção do título de
Licenciatura em História na
Universidade federal de campina
Grande.**

ORIENTADORA: MARIA LIÉGE FREITAS FERREIRA

**CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO/2006.**

FABIOLA SOARES OLIVEIRA

**A CULTURA POPULAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO ENSINO FUNDAMENTAL (8ª SÉRIE/2004-2005).**

MONOGRAFIA APRESENTADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MS. Maria Liège Freitas Ferreira
ORIENTADORA

Drº Iranilson Buriti de Oliveira
EXAMINADOR

Prof. Esp. Herry Charriery da Costa Santos
EXAMINADOR

CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO DE 2006.



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

DEDICATÓRIA

Aos meus pais João e Cícera que me deram a vida e que dedicaram amor e carinho a minha criação e agora de modo especial a minha formatura. Diante de tamanho esforço, gratidão não é o único sentimento que sinto, tenho também a riqueza dos conhecimentos que adquiri nesta oportunidade que vocês me proporcionaram. Além disso, carrego em meu coração uma imensa felicidade de vocês existirem.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares em especial, Bianca, Socorro, Jonas, Terezinha, que me encorajaram e me incentivaram em todo o período desse curso.

A colega de curso Maria das Dores, a amiga de todas as horas, a quem tenho todo apreço e consideração.

Aos mestres legítimos defensores do conhecimento contínuo.

A professora Liége Freitas, verdadeira desbravadora na arte de ensinar, responsável direta pela minha paixão à história, companheira na feitura deste trabalho, pelo o qual não mediu esforços para vê-lo concluído.

As professoras Eronides Câmara Donato e Silêde Leila pelas presenças marcantes no meu humilde conhecimento acadêmico.

Aos professores Iranilson Buriti e Durval Muniz com os quais tenho o orgulho de ter aprendido e posto em prática a ética pessoal, o respeito pelas diferenças, tão necessária à vida de um historiador.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo realizar uma breve discussão teórica em torno da questão da cultura popular representada nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental da 8ª série. O período analisado compreende a década de 90 do século passado à atualidade.

Gostaríamos de poder nos deter mais profundamente em torno da problemática da conceituação e das ambiguidades que giram em torno dessa temática. Porém nos deteremos às discussões de autores que trabalham e problematizam a História Cultural, como também, os livros didáticos, nos fornecendo referências teóricas e metodológicas para podermos realizar nossa análise. Para tanto, tomamos como referências os seguintes autores: Roger Chartier, Peter Burke, Antônio Augusto Arantes, José Luiz dos Santos, Marta Abreu, Larissa Viana, Bezerra, Gatti Júnior, Marilene Cainelli, Regina de Almeida e Cecília Azevedo, e os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

A primeira parte do trabalho é voltado para breves discussões teóricas sobre cultura popular formuladas por autores culturais como Roger Chartier, Peter Burke, Antônio Augusto Arantes, Marta Abreu, Larissa Viana. Enquanto discutimos a questão da cultura popular, também contemplamos os autores que trabalham com as questões referentes aos livros didáticos de História tais como: Bezerra, Lima e Fonseca, Gatti Júnior, Marilene Cainelli, Regina de Almeida e Cecília Azevedo.

Fazemos esse paralelo entre a cultura popular e os livros didáticos no intuito de averiguarmos até que ponto os livros didáticos privilegiam a cultura popular em suas abordagens e discursos narrados ou representados pelas imagens.

Nos deteremos a análise dos livros didáticos em um segundo momento. Tomaremos como referencial dois livros didáticos da 8ª série do Ensino Fundamental, ambos de autorias diferentes. Um vem intitulado de LINK do tempo de Denise Mattos Marino e Léo Stampachio (2002). O outro referencial didático vem intitulado de Nova História Crítica de autoria de Mário Schmidt (2002). Neste capítulo a análise se faz amparada pelos referenciais teóricos e dos próprios livros didáticos.

No terceiro capítulo dessa monografia levantaremos as discussões à respeito das propostas que os PCN's trazem para os professores trabalharem melhor com a temática em análise. Elencamos uma série de contribuições pedagógicas que a temática em análise trazem

para os professores e alunos de todo o seguimento educacional.

E por fim, faremos nossas considerações finais à respeito do estudo realizado. Não esquecendo que fazemos em meio dessa análise uma breve incursão da escola a qual lecionamos discutindo como a mesma, ou seja, como os professores lidam com a cultura popular em seu currículo e no seu cotidiano escolar.

De todo modo, visto o tempo limitado que dispomos, temos certeza que o nosso trabalho será muito útil para nós e para quem queira dele se aprofundar.

RESUMO

Esta monografia trata-se da análise da cultura popular nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental da 8ª série. Tem como objetivo realizar uma breve discussão teórica em torno da cultura popular e suas representações nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental (8ª série).

Tendo em vista que no decorrer do tempo predomina uma série de conceituações e definições convergentes sobre a temática. E isso muitas vezes tem gerado discussos preconceituosos à respeito da cultura popular, resolvemos então, realizar nossa pesquisa usando autores culturais como também autores que trabalham com a problemática dos livros didáticos. A nossa pesquisa vem exatamente analisar a cultura popular nos didáticos, por ser estes um dos recursos didáticos mais utilizados pelos professores, sobretudo, das escolas públicas que muitas só contam com esse recurso didático, além de predominar aí, um grande número de alunos advindo das classes populares. E por ser o livro didático um produtor do saber histórico e constituinte de narrativas que muitas vezes instituem lugares, valores e identidades a homens mulheres e as coisas de uma forma em geral é que analisaremos qual o lugar ou qual a representação que os mesmos vêm fazendo da cultura popular.

Palavras chaves: Cultura popular - livros didáticos - análise.

SUMÁRIO

Capítulo I	10
Livro Didático e Cultura Popular: Breves Considerações teóricas	10
Capítulo II	22
Cultura Popular e suas Representações no Livro Didáticos	22
Capítulo III	38
Como os PCN's de História propõem que os professores trabalhem a questão da Cultura Populares	38
Contribuições Pedagógicas do Tema	42
Considerações Finais	45
Referências Bibliografia	47

SUMÁRIO

Capítulo I	10
Livro Didático e Cultura Popular: Breves Considerações teóricas	10
Capítulo II	22
Cultura Popular e suas Representações no Livro Didáticos	22
Capítulo III	38
Como os PCN's de História propõem que os professores trabalhem a questão da Cultura Populares	38
Contribuições Pedagógicas do Tema	42
Considerações Finais	45
Referências Bibliografia	47

CAPÍTULO I

Livro Didático e Cultura Popular: Breves considerações teóricas.

Ao tratar da questão Cultura Popular nos livros didáticos de História é preciso saber que estamos lidando com termo permeado por muitas definições. Porém, não são as suas definições ou conceituações que nos interessa no momento; na verdade, pretendemos discutir a temática sob o ponto de vista da história cultural, que nos permite abertura para trazermos para a história os sujeitos ou práticas culturais que por muito tempo foram e em alguns aspectos ainda continuam marginalizadas pela própria historiografia.

De início queremos compartilhar o ponto de vista de Abreu (2003:95) quando a mesma mostra que:

“Cultura Popular não é um conceito possível de definições ou a um conceito definido aplicável a qualquer período histórico. Cultura Popular não se conceitua, enfrenta-se. É algo que precisa sempre ser contextualizada e pensada a partir de alguma experiência social e cultural; seja no passado ou no presente; na documentação histórica ou na sala de aula”.

Sabendo que o saber histórico apresentado no livro didático é constituído de narrativas resultantes de pesquisas científicas, observações que classificam e explicam a realidade social, também sabemos que o livro didático é constituído de narrativas que sacralizam poderes e saberes. É além disso, um dos lugares de leituras que contribue para, constituir práticas culturais¹ muitas vezes discriminadoras e preconceituosas. É é isso que tentaremos analisar: Como a Cultura Popular é tratada nos livros didáticos de História.

Para realizarmos a análise em questão, faz-se necessário que apresentemos o pensamento de autores que estudam e problematizam o livro didático de História enquanto instrumento teórico-metodológico e didático pedagógico.

Começaremos por Bezerra (1999). O Processo de Avaliação de Livros Didáticos – História In. Anais do Simpósio Nacional da Associação Nacional de História. Em seu raciocínio destaca o papel e a formação do professor na construção do conhecimento dos educandos destacando que são necessários e importantes que os subsídios didáticos sejam materiais capazes de multiplicar e ampliar o conhecimento da aprendizagem destacando que tais subsídios se remetem também a aguçar o conhecimento dos professores, principal

1- Entendo práticas culturais como um conjunto de atividades humanas, sejam elas, morais, econômicas, políticas, artísticas e escriturais.

responsável pela aprendizagem do aluno.

O autor também toma o cuidado de acrescentar que construir um livro didático não é tarefa fácil principalmente no que se refere à história, uma vez que esta disciplina é responsável direta pelo estudo das sociedades e suas transformações no decorrer do tempo.

É necessário ressaltar que Bezerra continua sua problemática expondo que a produção de um livro didático é complexa, por sua elaboração está intrinsecamente ligada a quem o vai elaborar, este deve ter domínio de conteúdo e está constantemente se atualizando, sobretudo, os professores precisam está comprometidos com a construção da cidadania, já que este recurso didático é até um dos mais utilizados e está diretamente destinado a constuição do conhecimento em sociedade. Por isso, Bezerra ressalta que o livro didático deve ser um objeto estimulador e provocador de discussões, bem como de problematização dos conhecimentos históricos, para que assim, contribuam na formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos.

Poderemos destacar o que nos coloca *Lima* e *Fonseca* no texto-*O Livro Didático de História: Lugar de Memória e Formador de Identidade* após ter feito toda uma análise dos livros didáticos de História do século XIX e início do século XX, e aqueles utilizados nos dias de hoje, demonstrando de forma superficial as permanências e as representações existentes nos livros didáticos em todo esse processo histórico analisado:

“Um roteiro pré-estabelecido escamoteado de tensões e conflitos, romantiza a história, exclui indivíduos e grupos sociais e celebra uma nação que já nasce coesa, sob o signo da cordialidade entre povos e etnias diferentes, caminhando para o mito edênico da democracia racial e do espírito de conciliação (...). Na linearidade desses textos, o cidadão não é agente nem sujeito, mas tão somente espectador. A sutil relação passado-presente é o elemento legitimador de uma realidade excludente em várias dimensões e ainda mais grave, porque induz o aluno à auto exclusão, muito fácil numa sociedade com uma cultura política marcadamente autoritária” (FONSECA, 1999:210 – 211).

E continua sua síntese falando das representações e das identidades instituídas nos livros didáticos de História. Quando a mesma afirma que a construção das representações reflete interesses de grupos legitima posições e reconhece identidades:

“O livro didático, além disso, legitimado como guardião da “verdade” histórica, constitui-se em lugar de memória privilegiada que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos. Conjugando textos e imagens, consolidam essa construção identitária no imaginário social, ao mesmo tempo fragmentando o processo histórico e construindo uma representação globalizadora e ordenada da sociedade” (FONSECA, 1999:211).

A síntese da autora é de grande valia para a nossa análise pois a mesma contribui de forma direta para o nosso trabalho. Pois a partir das observações da autora em entender o livro didático de história como um lugar de memória e formador de identidades podemos fazer essa mesma relação ao analisar a cultura popular. Lançando o nosso olhar para o lugar que os autores dos livros didáticos dão para cultura popular. Verificaremos assim, até que ponto a temática é inclusa, que imagem ou discursos prevalecem sobre a cultura popular nos livros didáticos de história que ora analisamos.

Gatti Júnior (1999), no texto- *Um itinerário de desigualdades: Livros Didáticos de História e massificação do Ensino na escola brasileira*, faz uma reflexão quanto ao aumento da distribuição de livros didáticos nas últimas três décadas. O mesmo atribui esse crescimento as próprias editoras, que, ao formarem uma equipe técnica para a elaboração dos livros didáticos, devido a sua grande demanda com os estados que promovem políticas econômicas em cima dessa distribuição de livros. Porém, o mesmo ressalta que as editoras passaram a produzir mais devido as concorrências das propostas pedagógicas – metodológicas. Também ressalta uma questão muito importante o da adaptação dos livros didáticos à realidade social do país e das correntes teóricas.

“O prestígio que os autores de antigamente tinham parece ter sido perdido com o advento da entrada das massas populares na escola, pois em uma sociedade clitista como a nossa, escrever livros para o povo é menos nobre que para a formação das elites gestoras”.
(GATTI JÚNIOR, 1999:218).

Diante do exposto percebemos que apesar da gama de livros didáticos que fazem o mercado editorial junto com o estado, o que nos tranquiliza é perceber que os autores dos livros didáticos ganharam mais liberdade ideológica e passaram a atender mais as exigências do PCN's² do que mesmo, as encomendas do estado, como era de costume se fazer na história positivista³. Como é notório os livros didáticos das últimas décadas, dão abertura para a história dos homens simples. Porém muitos ainda não dão ênfase à cultura popular, por exemplo.

Outra questão bem interessante que deve ser levada em consideração nesta análise é que discute Marilene Cainelli (1999) no texto- *Diretrizes Curriculares, Currículos e Formação dos Profissionais de História*. As discussões da autora em relação aos docentes e os currículos dos cursos de graduação é bastante pertinente.

2- Programa Nacional dos Livros Didáticos.

3- Aquela que dava ênfase as verdades absolutas e a história dos heróis e dos grandes homens.

Segundo a autora os docentes e acadêmicos não estariam dialogando com o saber, o professor que deveria ser o mediador “deste diálogo, torna-se o obstáculo” do verdadeiro interlocutor. Nesse caso, a mesma vê os professores acadêmicos como meros reprodutores do conhecimento. O aluno é apenas um receptor e não um agente produtor de conhecimento. A autora ressalta que as próprias Diretrizes Curriculares é que define o perfil ideal do profissional em história, como detentor do conhecimento.

E a mesma questiona esse tipo de profissional, pois para ela ensinar história vai muito além disso.

“O profissional que trabalha com o pensamento, com relacionamentos, conflitos, cotidianos, valores, preconceitos, afetividades, interesses diversos, que dele é exigido raciocinar, comunicar, cooperar, ter imaginação, sentido crítico, saber argumentar, negociar, avaliar, desenvolver atitudes e habilidades e também conhecimentos específicos, no caso histórico, necessita de uma formação inicial que considere o magistério como profissão a ser aprendida e não como habilidade a ser desenvolvida por meio da instrumentação” (CAINELLI, 1999:229).

Essa colocação da autora nos leva a refletir sobre a importância da formação do professor de história. Pois o profissional de história que não tenha uma formação vinculada a outras áreas do conhecimento como: Psicologia, pedagogia, didática, estrutura, ciências sociais, Antropologia, fica difícil trabalhar com temáticas que requer outros olhares do historiador.

A preocupação da autora é oportuna, pois o próprio currículo das universidades dificultam essa interdisciplinaridade, quando ora, formam bacharéis ou licenciados.

Para tanto, a autora ressalta que a solução dessa problemática não está somente nas mudanças curriculares, mas sugere que os cursos de graduação deveriam substituir a sala de aula, o ensino livresco, (ou textos de xerox em sua maioria) por projetos a serem desenvolvidos por professores e alunos, transformando a relação autoritária do professor em um diálogo em torno do conhecimento.

A sugestão da autora é de grande valia, pois ao trabalharmos com eixos temáticos, que muitas vezes são assuntos polêmicos na comunidade escolar, se discutidos em forma de projetos, partindo do interesse dos próprios alunos e investigando junto com os professores, assim estaríamos interligando ensino e pesquisa. Sem esquecer que o trabalho com projetos constitui uma pedagogia diferenciada, pois parte da interação para a ação, envolve o aluno como co-autor da sua própria aprendizagem, resignifica o espaço escolar,

norteia as atividades escolares, permitindo um trabalho interdisciplinar. É essa uma forma de ensinar respeitando a diversidade, cultural, regional e local em que cada aluno está inserido.

Por se tratar de uma temática com diversas abordagens teóricas escolhi cinco autores que problematizam discussões à respeito da Cultura Popular, sendo que, esses autores seguem linhas historiográficas do ponto de vista da História Cultural: Roger Chartier, historiador francês que trata a cultura popular do ponto de vista das práticas e das representações; Peter Burke que pensa a variedade da cultura popular a partir da modernidade; Marta Abreu que valoriza os estudos culturais do ponto de vista da interdisciplinaridade; Antônio Arantes por discutir a temática sob o viés da heterogeneidade ou diversificação e Regina C. de Almeida e Cecília Azevedo no estudo sobre identidades plurais; José Luiz dos Santos onde trata da cultura como um todo.

Acreditando na contribuição teórica e ideológica dos autores acima citados é que os tomei como referencial para esse trabalho, tendo em vista que as discussões realizadas pelos mesmos permitem compreender e refletir sobre o universo da Cultura Popular nos livros didáticos de História e suas respectivas problemáticas.

Para melhor compreensão vejamos o que coloca Regina de Almeida e Cecília Azevedo (2003) em seu texto- *Identidades plurais* à respeito da interdisciplinaridade e da História Cultural:

“O surgimento de uma área comum entre antropólogos e historiadores tornou-se possível quando os historiadores passaram a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, entendendo-os como sujeitos também atuantes e transformadores dos processos históricos. A história cultural constitui o principal ponto de encontro entre as duas disciplinas, campo no qual a fronteira entre elas torna-se tênue ou até desaparecem em abordagens interdisciplinares que, em nossos destemidos, a se ampliar e a enriquecer nosso conhecimento sobre os mais diversos povos e suas complexas relações” (pag. 25).

As colocações das autoras são pertinentes nesse estudo, pois, a partir dessa reflexão temos a consciência da importância dos outros saberes (no caso da antropologia) no enriquecimento e na compreensão do nosso tema. Ressaltamos a Antropologia por ser uma das pioneiras dos estudos culturais, tanto na Europa como no Brasil. E que apesar das controvérsias sua contribuição se faz necessária para nos auxiliar na formação e aquisição dos conhecimentos culturais.

Poderemos também observar as relações de poderes que se fazem (ou não)

presentes nas obras analisadas. Nesse sentido, Chartier (1990) nos chama a atenção para compreendermos como as representações (culturais, políticas e econômicas) são construídas, particularmente a cultura, passando por controle do estado, tanto nas suas práticas como no seu significado; modificações adivindas da construção de discursos, signos de poder e do saber letrado que passou a adjetivar a cultura popular como atrasada para os novos objetivos do Estado Moderno.

Para compreender a cultura popular no seu universo de desqualificação, classificação e hierarquização social na qual foi construída, Chartier ressalta que é importante situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam ou desqualificam sua cultura como inferior e legítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos, e nos modos de apropriação do que é imposto (Chartier: 1990).

Chartier questiona essa dualidade encontrada nos estudos realizados à respeito da Cultura Popular. Por um lado a mesma interioriza sua própria ilegitimidade cultural e de outro lado, a mesma reconhece através da organização das suas expressões uma coerência simbólica que legitima sua condição de dominados e de inferiores. E ao mesmo tempo sugere que devemos operar uma triagem entre as práticas mais submetidas à dominação e aquelas que usam de astúcia com ela ou a ignoram; ou então, considerar que cada prática ou discurso “popular” pode ser objeto de análise que mostrem, alternadamente, sua autonomia e sua heteronomia. Porém ressalta que o caminho é estreito, difícil, mas acredita que hoje em dia seja o mais viável para se analisar a cultura popular. (Chartier:1990).

As argumentações do historiador Francês, Roger Chartier são de suma importância para a nossa análise. Quando o mesmo questiona essa dualidade na representação da cultura popular apresentada nos estudos realizados sobre a temática ou até na construção histórica e social do termo, parece-nos unânime e não poderia deixar de ser. Isso porque se as representações são tentativas de interpretação do mundo real ou do mundo social. Elas sempre irão deixar transparecer as desigualdades, a ordenação e a hierarquização, por vivermos numa sociedade marcada pela divisão de classes sociais. Talvez seja essa a razão pela qual Chartier considera como problemática central das representações o ordenamento e a hierarquização da própria estrutura social transmitidas pelas representações sociais.

Diante do exposto nos perguntamos em nossa análise se esse tipo de prática não

se faz presente nessas produções, pois vivemos numa sociedade capitalista onde os olhares estão voltados para o lucro e para a tecnologia de ponta. Será que isso também não poderá ter contribuído para esse olhar desvalorizado que têm-se pela cultura popular?

E justamente fundamentados nessas reflexões de Chartier que analisamos o posicionamento dos autores dos livros didáticos estudados quanto a compreensão dos mesmos da realidade social que trabalham, seus discursos e o lugar de onde estão falando. Essa postura do historiador (colocada por Chartier) poderá nos responder como os mesmos representam e interpretam a cultura popular, pois é através da representação que damos sentido ao mundo. Verificaremos, então, o sentido e o lugar que esses autores permeiam a cultura popular.

Como nos coloca Arantes (2004) a temática cultura popular ainda encontra resistências ou “preconceito” entre os intelectuais:

“Muita gente torce o nariz, levanta as sobrancelhas ou movimenta-se com impaciência quando ouve o enunciado “cultura popular”. (pag. 8)

Segundo o autor, esta ampatia pelo tema, acredita ele, esteja relacionado a dois motivos:

“Em primeiro lugar, ao fato dessa noção ter servido a interesses políticos populistas e paternalistas tanto de esquerda quanto de direita; em segundo, ao fato de que nada de claramente discernível e demarcável no concreto parece corresponder aos múltiplos significados que ela tem assumido até agora” (pags. 8-9).

As reflexões do autor nos levam a pensar no processo histórico do termo cultura popular no Brasil. Onde houveram momentos em que a cultura brasileira foi pensada de forma homogênia, onde se pensava numa identidade nacional a partir da cultura (1930). Logo depois nas últimas três décadas, onde dá-se ênfase aos estudos econômicos (197-1980), a cultura popular passa a ser confundida com as expressões folclóricas tidas como não-científicas.

A partir daí a cultura popular passa a ser pensada em relação a classe consolidando-se uma série de visões preconceituosas sobre a cultura popular tais como: cultura fragmentada, conservadora, presa as tradições, obstáculo as mudanças sociais, conformista e supersticiosas. Assim, as reflexões sob manifestações culturais dos homens e mulheres comuns acabaram ficando prisioneiras das armaduras ideológicas de seu próprio tempo (Abreu:2003).

Assim, como Arantes, convidamos o leitor a uma reflexão mais responsável da

expressão que, em pleno século XXI ainda não é estudado como deveria pela academia e pela grande maioria dos livros didáticos de História que deveriam atender as propostas dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) que convida os professores para a valorização e a inclusão da cultura local de cada país, região ou comunidade e vemos que muitos livros didáticos ainda insistem no privilégio de algumas realidades (Norte e Nordeste, em especial) econômicas e culturais distantes da realidade de algumas regiões brasileiras. O Sudeste e o Sul do Brasil, são sempre apresentadas como ricas e superiores, como exemplos a serem seguidos. O aluno do Norte e Nordeste não sua região (sua historicidade, cultura) contemplada valorativamente; contribuindo para o sentimento de exclusão. Não trabalhado a diversidade étnico-cultural em que cada cultura, por mais específica que seja tem um sentido para cada grupo ou sociedade que dela participa ou partilha.

Para melhor compreensão podemos citar o que Arantes coloca à respeito da Cultura Popular.

“E inevitável que muitos objetos e práticas que qualificamos de “populares” partilhem o nosso cotidiano: Samba, frevo, maracatú, vatapá, tutu de feirão e cuscuz. Seresta e folheto de cordel. Congada, resado, bumbo-meu-boi, boneca de pano, talha, mamulengo e colher de pau, Moringa e peneira. Carnaval e procissão, benzimento, quebrante, simpatia e chá de ervas. Algumas numa região, outros noutra, com sotaque italiano, japonês, alemão ou árabe, ou ainda de modo supostamente puro, tudo isso conhecemos muito bem e com tudo isso convivemos com grande familiaridade”. (pags. 12-13).

O autor nos deixa evidente a heterogeneidade e a diversidade da cultura popular no nosso país. Um país que tem uma das maiores extensões territoriais do mundo e no entanto, essas práticas culturais se tornam presentes por todo o território, embora que, de forma e de sentido específico para grupo ou sociedade que delas vivenciam.

Além do que, Antônio Augusto Arantes (2004) em seu livro intitulado – *O que é Cultura Popular* nos chama a atenção para o que consideramos como popular, e para a permanência das práticas que qualificamos de populares no dia-a-dia da sociedade. O que nos levou a refletir acerca das distâncias que os livros didáticos de História costumam colocar entre as culturas de um mesmo país como se fosse algo e difícil de ser compreendido o conhecido pelo aluno.

Para uma melhor reflexão das práticas culturais consideradas populares utilizamos Burke (1989) que define a cultura popular de forma ampliada/diversificada, como sendo tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade como beber, andar, falar,

silenciar e assim por diante...

Burke entende a cultura popular muito além do que costumamos referir-se a cultura como arte, literatura, música, danças, religiosidade. Para ele a cultura popular não é homogênia, possui variações regionais, variações segundo a ocupação da pessoa. A cultura do camponês não é a mesma que a do artesão; a cultura do camponês criador de gado não é a mesma do camponês que se dedica à agricultura.

O autor também trabalha a diversidade da cultura popular no início da modernidade na Europa, explicita os diversos sujeitos considerados pertencentes à cultura popular como: entalhadores, cantores, contadores de história, camponeses, artesões, tecelões, sapateiros, entre outros. Argumentos que a cultura popular na Europa, no início da modernidade, estava longe de ser homogênia devido as especificidades existentes dentro de um mesmo grupo social, cita como exemplos, suas preferências alimentares, religiosas, literárias e até mesmo as formas de agir e pensar. Quanto à questão das chamadas subculturas o autor a elas se refere:

“A subcultura é um sistema de significados partilhados, mas as pessoas que participam dela também partilham os significados da cultura em geral” (pag. 69).

As abordagens de Burke nos auxiliam a observar nos livros didáticos de História (e no nosso cotidiano) quais as práticas culturais existentes e como são tratadas pelos professores na escola quando lidamos com elas. Essa pesquisa permite sabermos, se existem, em nossa escola, alunos, pais de alunos ou pessoas da comunidade elementos da cultura popular como sanfoneiros, ambuladores de coco, repentistas, rezadeiras, parteiras, curandeiras etc. Essas pessoas são valorizadas e respeitadas? Constam no currículo escolar? Qual a postura dos professores diante da cultura dita popular? Será que estamos contribuindo para sua inclusão? Ou estamos colaborando para a sua extinção? Será que essas práticas fazem sentido ou têm algum significado para os alunos? Esses são alguns dos questionamentos que já estou realizando na escola que trabalho.

Burke também levanta uma discussão de grande importância acerca de culturas populares e cultura de elite que deve ser levado em consideração em nossa análise. O mesmo defende a interação entre elite e classes populares através da chamada circularidade entre essas culturas. Podemos citar como exemplo o quadro da última ceia, de Leonardo Da Vinci, que se tornou acessível as pessoas que nunca puderam ir a Milão vê-lo no século XVI, mas foi possível através da sua reprodução. O inverso pode-se ver com o carnaval, que é considerado

uma prática popular, nas suas origens e atualmente é uma prática predominantemente da elite. Assim, como algumas religiões e festas populares que têm em suas origens traços populares e que ganham novas roupagens pela elite e vice-versa.

Porém, sabemos que para a Antropologia e Ciência Social, cultura tem uma definição bem mais abrangente do que as que discuti anteriormente. Se refere a capacidade que só os seres humanos têm de dar significados as ações que praticam, a realidade natural e a realidade construída que os cerca. Essa capacidade em grupo, isto é: os grupos vão dando significados próprios às coisas; assim, dentro de uma mesma sociedade diferentes grupos (classes sociais, grupos de idades, membros de comparações profissionais, etc) podem dar significados distintos para um mesmo fato ou fenômeno. Conseqüentemente, desenvolvem maneiras distintas de vê-la e de reagir a ele. A rede de significados e práticas de um grupo social é o que podemos chamar de cultura, isso do ponto de vista antropológico. Assim cultura é um mundo de significados construídos socialmente, isto é, em grupo, e partilhado por todos os seus integrantes.

Diante do exposto temos que atentar para outra característica da cultura seja ela, popular ou não: a de que, cultura é algo que se adquire, não é natural, não está definida em nossa biologia. A cultura é construída dentro dos grupos sociais aos quais pertecemos. Porém a mesma não se constrói isoladamente, pois como sabemos a cultura pode ser vista como um conjunto, uma rede de significados e práticas que ao mesmo tempo se interligam através de discursos, imagens, encontros, produções literárias, teatros, novelas, cinema, televisão, jornais, etc.

É muito importante para nós professores termos essa visão de cultura aq trabalharmos em sala de aula, pois estaremos evitando discutir a cultura popular, como práticas tradicionais ligadas as concepções folcloristas que não mudam, como são costumes e práticas de um povo que permanecem sempre. O que não é verdade.

Cabe aos professores de história quando estiverem lidando com a temática cultural, levantar questionamento e reflexões sobre o que representa, o sentido das práticas culturais para os sujeitos que elas compartilham; discutir suas origens, suas modificações seus significados e suas adaptações, como também, suas redefinições, dentro de cada contexto histórico. E é exatamente estas reflexões que tentaremos fazer na nossa análise. Qual o significado, o sentido, as interpretações que a Cultura Popular tem hoje? Uma sociedade marcada pelos meios de comunicação de massa que influenciam diretamente na formação da opinião pública, na formação de práticas sociais de forma deturpadas e com uma quantidade

exagerada de informações que muitas vezes não formam a criticidade e interferem de forma deturpada diretamente no nosso modo de agir, falar, vestir-se, pensar e se expressar socialmente. Pensando por esse lado, podemos observar as influências dos meios de comunicação de massa por serem os mais acessíveis à maioria da população sobre as práticas consideradas populares. Até que ponto esses veículos de comunicação interferem na cultura dita popular?

Ao trabalharmos com esses artifícios da cultura de massa é importante que levemos em consideração o que coloca José Luiz dos Santos (1994), em suas abordagens sobre cultura. O mesmo levanta que a cultura na sociedade contemporânea não se reduz ao conteúdo dos meios de comunicação de massa; nem a lógica do funcionamento da indústria cultural é necessariamente uma descrição da dimensão cultural da sociedade (pag. 69).

Que para compreendermos adequadamente a sua importância é preciso considerarmos os meios de comunicação de massa como elementos da vida social, elementos que não são absolutos, mas que se realizam em contextos sociais mais amplos (pag. 71). O autor percebe as mensagens da indústria cultural como propósitos de homogeneização e controle das populações, podem ser um projeto dos interesses dominantes da sociedade, mas não são a cultura dessa sociedade (pag. 71).

Tais informações nos fazem pensar a cultura popular em seus momentos de apropriação por parte do poder público que, através de propagandas e apoios culturais, tentam controlar e ao mesmo tempo tirar vantagens através de seus patrocinadores que dizem incentivar a cultura, muitas vezes usam para divulgar suas ações administrativas e produtos para obter o reconhecimento popular com algo do interesse da população, neste caso, sua cultura. Ainda segundo José Luiz dos Santos não podemos discutir cultura ignorando as relações de poder dentro de uma sociedade ou entre sociedades; pois (justifica) que as próprias preocupações com a cultura nasceram associadas às relações de poder (pag. 80). Lembra-nos que elas se consolidaram juntamente ao processo de formação de nações modernas dominadas por uma classe social, junto ainda com uma marcada expansão de mercados das principais potências européias, acompanhando o desenvolvimento industrial do século passado e se consolidaram integradas à nova ciência do mundo contemporâneo (pag. 81).

Para ser mais preciso José Luiz dos Santos coloca que:

Hoje em dia os centros de poder da sociedade se preocupam com a cultura, procuram defini-la, entendê-la, controlá-la, agir sobre seu desenvolvimento. Há instituições públicas encarregadas disso; da mesma forma, a cultura é uma esfera de atuação econômica, com empresas, diretamente voltadas para ela. Assim.

as preocupações com a cultura são institucionalizadas, fazem parte da própria organização social. Expressam seus conflitos e interesses, e nelas os interesses dominantes da sociedade manifestam sua força” (pag. 82).

Tal reflexão nos orientará quanto aos questionamentos que poderemos fazer ao próprio livro didático. Como os livros didáticos fazem parte da indústria comercial, assim como a cultura está aí um dos motivos de encontrar-mos com mais frequência nos livros didáticos uma cultura etilizada, selecionada e elitista.

Trabalhando na perspectiva de Burke, percebemos que o mesmo defende que a cultura popular não é homogênia, que possui variações regionais. A cultura do camponês não é a mesma que a do artesão; a cultura do camponês não é a mesma do camponês que se dedica à agricultura. Chama-nos a atenção para que possamos compreender as culturas em seu contexto histórico.

Quanto às contribuições teóricas de Roger Chartier passamos a entender que as representações é um tipo de conhecimento que aprendemos e partilhamos com nosso grupo social para explicar, na prática e no nosso contexto, a realidade. E as mesmas também acabam influenciando a forma pela qual as pessoas agem, seus valores e idéias que são partilhadas pelo grupo e também, os compartimentos que são desejáveis ou admitidos.

Além do que, as representações favorecem a construção da subjetividade do indivíduo, a partir da construção subjetiva da realidade, influenciando também na construção da identidade das, pessoas e porque não da cultura?

Trabalhando nas perspectivas ora explícitas dos autores que exploramos, sem dúvida teremos subsídios teóricos e metodológicos para realizar nossa análise dos livros didáticos que priorizaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2.1- Cultura Popular e suas Representações no livro didático

Iniciaremos esse segundo momento da nossa pesquisa fundamentados no que nos diz Lima e Fonseca (1999), no texto – *O livro Didático de História: Lugar de Memória e Formador de Identidades quando afirma:*

“A construção das representações reflete interesses de grupos, legítimas posições e reconhece identidades. As representações revelam, na verdade, as percepções do social historicamente dadas. Análise por meio de livros didáticos de História ajuda-nos a compreender alguns aspectos culturais presentes na sociedade brasileira contemporânea” (...) LIMA FONSECA, 1999, 211).

O nosso intuito é exatamente, esse. Analisar nos livros didáticos como a cultura popular é representada; sobretudo, na sociedade moderna. Para realizarmos a análise tomaremos como referencial o livro didático intitulado de LINK do tempo, de Denise Mattos Marino e Léo Stampachio (2002). Também analisaremos o livro didático de história – Nova História Crítica de Mário Schmidt (2002).

Começaremos pela análise da obra de Marino, que se apresenta como um projeto de Educação para o século XXI. Mostra na capa os contrastes sociais da história em quatro imagens: da seca do Nordeste; do homem e do macaco, as revoluções e duas algemas. Essas imagens já vêm representando as dualidades da sociedade moderna, ou seja, as relações binárias.

Para uma melhor compreensão da análise realizada se faz necessário que conheçamos a obra desde a sua estética até os seus pressupostos teórico – metodológicos. O livro vem estruturado em 152 páginas, 4 módulos partindo cada um de um eixo temático. O mesmo não deixa de situar os acontecimentos históricos dentro dos assuntos estudados.

Tem como principal objetivo uma proposta de trabalho fundamentado em uma metodologia na qual a contextualização, a interdisciplinaridade e a associação ensino-pesquisa em sala de aula possam contribuir de forma intencional e permanente para o desenvolvimento de habilidades no educando.

Para uma melhor apresentação da obra analisada é preciso que estejamos cientes do que nos é exposto no sumário deste Livro.

No item – Considerações gerais sobre o formato e uso do suplemento do

professor que tem como finalidade auxiliar na utilização do projeto em relação às diferentes disciplinas e séries nele contempladas.

Nesta parte vem todas as orientações de uso e de significado de cada metodologia proposta no livro que serve como orientações para as quatro séries, desde as atividades até as sugestões relativas aos tópicos, as atividades, aos textos, livros, sites, filmes, etc. Também ressalta-se que os temas transversais indicados – Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e consumo – não ocorrem com frequência. Ao contrário, esses temas permeiam, de forma permanente e intencional, diferentes assuntos estudados, muito embora nem todos os temas transversais citados estejam presentes que fazem parte dos livros de cada uma das disciplinas.

Embora os autores tenham a intenção de auxiliar o máximo possível o professor para que o mesmo torne o currículo vivo e ativo através de suas ações pedagógicas, isso só será possível se os professores que estiverem fazendo o uso desse material sejam professores competentes e que disponham de três requisitos básicos: formação, atualização e remuneração. A sociedade possui o direito de cobrar competência, mas para isso é preciso que o professor seja valorizado e remunerado convenientemente para poder exercer melhor sua profissão. E quanto aos temas transversais que permeia os conteúdos, sentimos a falta da inclusão da temática referente a cultura popular, que ficou totalmente alheia no livro analisado. Embora os autores priorizem a transversalidade em sua obra, dificilmente se remetem à cultura diretamente. Apenas deram mais ênfase ao trabalho e ao consumo que geraram as riquezas e o desenvolvimento econômico das sociedades, sobretudo a brasileira.

Nos pressupostos teórico – metodológicos gerais começa-se ressaltando que a obra tem em vista as atuais orientações curriculares geradas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo, no que se refere ao Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade dos materiais didáticos – pedagógicos estarem em ressonância com as finalidades previstas para esse segmento de ensino.

Mostra toda uma preocupação na contribuição de materiais didáticos no que diz respeito a construção de uma prática docente pautada na associação ensino-pesquisa em sala de aula.

Chama-se a atenção para outro aspecto fundamental no que refere-se ao fato de garantir que os diferentes temas/assuntos que venham a ser trabalhados se relacionem com o universo amplo ou particular de diferentes sujeitos sociais situados nos mais variados contextos sociais, espaciais e temporais, no intuito de contribuir para que os educandos se percebam

se percebam

como sujeitos sociais e construtores de conhecimento. Para tanto, os autores sugerem atividades que visem o desenvolvimento de competências e de habilidades que correspondam ou alcancem os objetivos pretendidos para o Ensino Fundamental.

Acreditamos que os autores foram felizes em preocupar-se com a inclusão dos diversos sujeitos sociais e em desenvolver através das atividades propostas o desenvolvimento de habilidades e competências que tanto contribuam para a formação cognitiva e procedimental do educando, que poucos autores se preocupam. Lamentamos que em meio aos sujeitos sociais priorizados pelos autores (plantadores, mulheres, crianças, operários, trabalhadores, cientistas, pensadores, estudantes, homens, negros, os cangaceiros, imigrantes, a classe menos favorecida, a elite, bóias-frias, os sem-terra, família, etc) não tenham priorizado os sujeitos com produtores de cultura, apenas numa perspectiva da produção do trabalho e da tecnologia. Para os autores deste livro o social é representado pelo trabalho e pela economia e pelo desenvolvimento tecnológico.

Embora tenham mostrado a classe trabalhadora e classe dominadora que fica bem explícita nos ilustrações, passando a idéia da importância e a participação da classe trabalhadora nas conquistas da riqueza do nosso país, os autores pecam quando não trazem para discussão a questão do imaginário, das mudanças ideológicas e culturais das classes populares em meio a modernidade.

Vemos como positivo a forma como apresentam os conteúdos, temos assuntos quando trazem para discussão conteúdos vinculados a vivência social dos educandos e significativos em diferentes contextos das relações sociais particulares e gerais nos quais os educandos estão inseridos.

Pra tanto, o material didático está organizado em módulos, coordenados, e não subordinados entre si, o ensino das diversas disciplinas; Arte, ciências, geografia, História, Língua Portuguesa e matemática. Atendendo, em cada módulo os critérios referidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries.

Há uma preocupação dos autores para com uma prática docente voltada para o ensino – pesquisa. Sendo esta de grande importância no ensino, fazendo juz ao que se remete Marilene Cainelle (1999) quando sua preocupação com os currículos das universidades que dificultam a interdisciplinaridade quando, optam na formação de bacharéis ou licenciados deixando de interligar no currículo o ensino/pesquisa.

Destaca-se outro aspecto bem interessante que a transversalidade entre os

temas/assuntos. Em todos os módulos estão indicados os vínculos de transversalidade existentes, de forma a permitir que os professores das diferentes disciplinas situem as possibilidades não apenas de tratamento transversal, mas também de complementaridade entre temas e assuntos de diferentes áreas do conhecimento. Possibilita assim, o acesso de professores de outra disciplina a esse material didático.

Tendo em vista que os autores trabalham com a transversabilidade e até destacam que os conteúdos organizados no livro não devem ficar limitados entre si. Tendo em vista que, todo e qualquer aspecto que interfere na construção/reconstrução de conhecimento, por parte dos educandos deve ser compreendido como conteúdo curricular. Para tanto, consideram, competências, habilidades, conceitos, procedimentos materiais, clima gerado em sala de aula, além dos conteúdos propriamente ditos, entre outros, são conteúdos curriculares e devem ser contemplados sem escalas de determinação hierárquica.

Os autores apresentam uma proposta onde o currículo seja democrático e sistematizado por professores organizadores e orientadores da produção de conhecimento dos seus educandos. Não menos transmissores de informações de materiais didáticos fechados como ainda é comum presenciarmos nas escolas.

Vendo por esse ângulo, nos questionamos a respeito da ausência da cultura popular do livro didático ora analisado. Esse seria um bom momento para pensarmos no que discute Larissa Viana (2003) quando também lamenta a falta da discussão da temática cultura popular no tema transversal “Pluralidade Cultural”, onde o mesmo privilegia a questão étnica e racial e ignora a discussão sobre classes sociais que para a autora é um referencial importante para se estudar a cultura popular. Por outro lado, ela vê o histórico em que a cultura popular no qual, passou a ser valorizado por intelectuais brasileiros, nas décadas de 1940 e 1950, como um fator relevante para o referido recreio. Destaca que naquele momento havia uma visão de cultura popular idealizado e de certa forma imóvel, uma vez que o olhar dos folcloristas sobre as culturas do povo sempre estiveram voltadas para as permanências do que para as mudanças. Além disso, a perspectiva crítica adotada pelos autores dos temas transversais em relação a projetos intelectuais que traduziam a complexidade brasileira sob o único prisma, o da “democracia racial” ou o da cultura popular, acredita ela, ter contribuído para a não-discussão desta temática.

Dessa forma, se a temática não é discutido nos livros didáticos, nem tão pouco nos temas transversais, sinto que aumenta a responsabilidade do professor de história. Pois uma das habilidades esperadas do professor é que ele tenha a capacidade de reconhecer e

valorizar as diferenças presentes nas práticas sociais. Isso implica dizer que, o profissional de História deve estar orientado por valores e atitudes que lhe permitam reconhecer a pluralidade das experiências históricas das sociedades humanas, sem remetê-las a um modelo único de racionalidade, e isso se remete, sem dúvida, a cultura popular.

Vale salientar que embora possamos contar com um material didático com todas as intenções de desenvolver todas essas habilidades no educando, sabemos que, se o professor não tiver uma boa formação acadêmica e não se disponibilizar em trabalhar com esse tipo de temática (cultura popular) ou a adequar ao seu plano de aula, continuaremos deixando a temática da cultura popular às margens de nossas discussões e reflexões e questionamentos em sala de aula.

Os autores do livro didático *Link do tempo* fazem suas considerações à respeito da avaliação. Entendem a avaliação como um processo de verificação não somente dos conteúdos, mas principalmente dos conceitos, habilidades, atitudes e procedimentos numa perspectiva reflexiva e contínua.

Essa avaliação segundo ele, deve verificar se os alunos investigam, elaboram e testam hipóteses; se identificam padrões; se expõem e debatem diferentes opiniões e conclusões; se comunicam oralmente e/ou por escrito os produtos dos trabalhos realizados; se resolvem problemas e elaboram questões; e se confiam na sua capacidade de enfrentar desafios.

Essa é sem dúvida um tipo de avaliação pertinente para o estudo de História por ser coerente com os objetivos de ensino de história que visam formar cidadãos críticos e atuantes no mundo e no meio em que vivem.

Ao nos determos as abordagens realizadas no livro didático (*Link do tempo*) à respeito da cultura popular, no intuito de analisar suas representações não encontramos nenhuma referência da temática nos módulos I intitulado “ De pernas pro ar” cujo objetivo é introduzir algumas questões relacionadas ao conceito de revolução no âmbito de um eixo temático maior, denominado “História das representações e das relações de poder”. No segundo módulo Quem sabe faz a hora que tem como objetivo introduzir algumas questões relacionadas a diferentes tipos de rebeliões sociais ocorridas no Brasil e fora dele no âmbito de um eixo temático maior denominado “História das representações e das relações de poder”. Neste módulo encontramos ilustrações com fotos (pag. 76) de objetos que presume-se pertencerem ao cangaceiro Lampião, conforme se encontram expostos no acervo da cidade de Exu no Pernambuco. Logo mais abaixo trazem trechos da literatura de cordel publicados na

década de 60 por cordelistas da época. Enquanto na página 77 trazem imagem alusiva ao cangaço, na sede do centro de tradições cordelistas, em São paulo.

Diante do exposto, podemos perceber que os autores não se utilizam das imagens no sentido cultural, mas se remetendo ao cangaço como uma das rebeliões que diversas vezes ganham olhares marginalizados e de bandidagem que por outro lado pode ser interpretado como revolta e protesto às condições econômica, política e social de discriminação injustas e desigualdade no período do coronelismo.

Ao trabalhar com o cangaço, com a literatura de cordel e com os objetivos e imagens que representam o cangaço estão sem dúvida nenhuma lidando com algo que não é desconhecido pelo o alunado. E que são conhecidos eles do ponto de vista da cultura. Pois quantas vezes já viram o cangaço representado pelo xaxado em ritmo musical com caracterização do cangaço. Quantas vezes não já precensaram os livrinhos de Literatura de Cordel em exposições culturais e nas próprias feiras livres.

Esse não seria um bom momento para que os autores chamassem a atenção do alunado nas atividades reflexivas para um questionamento à respeito da relação do cangaço com as manifestações culturais do xaxado, por exemplo. Isso por que muitas vezes o aluno participa e até gosta e admira o xaxado, mas não sabe o porquê, o sentido ou a relação dessa prática com o cangaço, por exemplo. Se os mesmos abrissem uma discussão e uma pesquisa histórica de suas origens junto com a discussão realizada pelos autores deste livro com certeza o estudo ficaria cada vez mais interessante e desafiador.

Também queremos chamar a atenção no que diz respeito a literatura de Cordel que muitas vezes já foi criticada por estudiosos da cultura por ser entendido como uma prática popular defendida pelos folcloristas da época. Assim nos coloca Martha Abreu (2003):

“...Os folcloristas e o folclore passaram a receber críticas profundas por defenderem uma prática tida como não-científica, em função de seu pretense caráter mais discritivo que interpretativo, e por ficarem identificados às forças mais conservadoras de uma sociedade que rapidamente se transforma cheia de conflitos sociais. Acabaram sendo marginalizados nas universidades esquecidos pela intelectualidade de esquerda, como bem demonstrou Luis Rodolfo Vilhena. As críticas tiveram tal repercussão que a expressão folclore hoje possui significados negativos, assumindo até mesmo conotações ligadas ao anedótico e ao ridículo”. (pags. 87-88).

A crítica tem em parte suas razões, sobretudo quando se refere ao olhar dos folcloristas ao vê práticas culturais com tradições, pois dá a atender uma certa estagnação

permanência da cultura. E como sabemos a cultura é mutável. Como também no que diz respeito a interpretação ou reflexão que não é feita.

Pensando por outro lado, acreditamos que as práticas populares trabalhadas pelos folcloristas não devem ser desconsideradas por que os mesmos os vêem como tradicionais e não as questionam. Nós como historiadores culturais é quem devemos trabalhar sim com essas práticas que o folclore envolve (crenças populares, contos, provérbios, danças e festas, o próprio cordel), dando-lhe é claro, novos olhares e interpletações. Isso porque o utilizarmos um cordel de época na sala de aula além de utilizá-lo como subsídio didático, podemos encontrar indícios de como aquele momento histórico estava sendo vivido pela sociedade. Pois em sua maioria os cordéis denunciam o momento histórico pelo qual estão passando: a política, a economia, a religião e assim, contribuem na construção da cultura, pois os indivíduos que se identificam com essa prática não vão está denunciando sempre os mesmos anseios do cangaço, da ditadura, da seca, mas os anseios, medos e ideias do contexto social no qual estão inseridos.

E como nos colocou Chartier que o papel do historiador é ter percepção social, e que essa se dá através do discurso que produz estratégias e práticas é que acreditamos que o cordel pode nos auxiliar na percepção social por se tratar da interpretação de discursos que circulam a realidade e o que realmente acontece na sociedade, de forma crítica e coesa. Diante disso, se lhes dermos o estatuto de anedótico e mentiroso, só porque não são produzidos pelos saberes Científicos, estaremos sem dúvida, desconsiderando tudo que reza a história cultural, como também desconsiderando os discursos que os mesmos interpretam do próprio sistema vigente.

Mesmo que os autores estejam priorizando em seu livro a transversalidade envolvendo a pluralidade cultural não fica claro para o aluno, pois segundo Martha Abreu (2003) ao trabalharmos com Cultura Popular hoje no ensino e na pesquisa é necessário que:

“(…)entre os importantes marcos da discussão sobre cultura popular, destaque a compreensão da relação entre as culturas ditas tradicionais e populares e a avaliação sobre as irresistível pressões e transformações supostamente impostas pela modernidade, em qualquer período histórico”. (pág. 92).

É certo que, os autores mostram as mudanças provocadas pela modernidade desde as primeiras sociedades até os dias atuais. Porém, não discutem as relações entre as culturas ditas tradicionais e modernas, nem tão pouco as transformações

sofridas pela ação da modernidade. Essas transformações estão mais centradas na economia e no trabalho. Vão mostrando o tempo todo o homem modificando o seu espaço através do trabalho do lavrador, plantador de algodão, de soja, café até o colhedor de cacau. Sempre mostrando esse trabalho de forma evolutiva até o trabalho nas indústrias e as riquezas geradas por esse trabalho.

Ao mesmo tempo em que os autores mostram temas tão presentes na nossa sociedade moderna, eles também mostram os dois lados da moeda, ou seja, deixam claro nos seus discursos e desigualdades sociais causadas pela mesma. Mesmo que estejam tratando de uma questão que transmiti um conceito de valorização do trabalho e o insetivo do mesmo. Não discutem que a falta de oportunidade ao mesmo leva ao alarmante número de desemprego, a favelização a desnutrição, etc. Nem tão pouco apontam sugestões para se reverter essas desigualdades. Embora sabemos que a nossa tarefa não é dar receitas para os problemas sociais, mas apontar sugestões que possam ser aproveitadas pelos nossos governantes, pelo menos por aqueles que se dispõem ou priorizam a ação social de um país, estado ou município.

Pensando do ponto de vista da “pluralidade cultural”, Larissa Viana nos diz que:

“ A pluralidade cultural, tem muito a contribuir se ampliarmos o enfoque do respeito entre os diferentes grupos étnicos e culturais – embora este seja um aspecto importantíssimo, e valorizarmos também as situações de ensino e aprendizagem que contemplam a possibilidade de pensar sobre as situações de desigualdade e a necessidade de mudanças sociais”. (pag. 113).

A colocação da professora de história da rede pública e estadual, doutoranda em História na UFF, é de grande valia para definição de cultura levantada pelos temas transversais e também levantadas pela professora, onde afirma que a cultura é um conjunto de códigos simbólicos, dinâmicos, constantemente reelaborados pela sociedade, que atualiza seus valores em relação às novas condições históricas vividas pelo corpo social. Fortalecer a cultura de cada grupo social, cultura e étnico de acordo com os PCN's, é a condição básica para o fortalecimento da igualdade e da democracia.

E os PCN's põe toda essa tarefa para os livros didáticos de História que devem contemplar os temas transversais. Como foi visto, os autores trabalham diretamente com os PCN's e tentam atender essa demanda em sua obra. Porém, foram infelizes em nossa opinião, no que diz respeito a cultura. Pois tratam de temas ligados as mudanças ocorridas na

sociedade moderna e essa discussão é feita de forma mais explícita, sobretudo, quando se coloca a questão das desigualdades econômicas e sociais relacionadas aos avanços tecnológicos, as máquinas que foram substituindo e transformando a vida do homem em sociedade.

Nos deteremos agora na análise de um livro didático: Nova História Crítica de Mário Furley Schmidt, publicado pela editora nova geração, 2002. O autor trata praticamente dos mesmos conteúdos do livro que analisamos anteriormente. O que vai diferenciar sua abordagem do livro anterior é que Schmidt se torna mais crítica e problematizador em seus discursos, enquanto que Denise e Léo eram mais expositivos, e para que acontecesse a crítica indicavam caminhos para que o aluno chegasse às suas próprias conclusões através de debates em grupo e de pesquisas.

Podemos constatar alguns pontos que encontramos em comum nos dois livros analisados. A cultura popular neste livro é tratada de forma indireta em outras décadas, como nos conteúdos referentes A crise de 29 (págs. 113, capítulo 7) onde mostra que a publicidade foi um dos meios encontrados pelo capitalismo para ampliar o consumo. Mostra um cartaz publicitário de 1924, numa época em que a Coca-cola já estava se tornando um dos símbolos máximos da cultura norte-americana.

Nesse caso, podemos perceber que o autor refere-se de forma resumida e sem muita ênfase às mudanças culturais que começaram a acontecer nos países desenvolvidos e que já usufruíam da tecnologia e da industrialização de diversos produtos que passaram a fazer parte da vida cotidiana daqueles poucos privilegiados. Não podemos dizer que esses produtos fizessem parte da realidade das classes menos favorecidas. Eles ficaram conhecidos, mas consumidos apenas por uma parte das pessoas (de elite e de classe média).

Na página 125 do capítulo 7, o autor faz uma reflexão crítica à respeito do cinema que surge na década de 30 no auge da grande depressão. O questionamento do autor é pertinente quando questiona se os filmes do cinema e da tevê nos estimulam a refletir criticamente sobre o mundo? Ou será que não é a função do cinema? Porém, o que queremos colocar à respeito do cinema nessa época e que mesmo em meio a um momento de crise econômica, o cinema veio como meio de refúgio da situação econômica e social. Pois como era algo diferente, causou curiosidade, pois mostrava as imagens em movimento. E sem sombra de dúvidas passava mensagens e influenciava. E isso pode ser o início das origens e das transformações pelas quais a cultura, sobretudo a popular vem passando desde o começo da modernidade. Pois quem transmite esses valores, essas imagens e mensagens é a cultura

erudita. que como nos coloca Burke existe esse cicletismo, pois existem empréstimos culturais de ambas as culturas. E nesse caso o autor foi infeliz em não ter levantado esse questionamento. O que mudou na vida cotidiana das pessoas? Todos podiam ter acesso ao cinema, já que estávamos em meio a uma crise econômica? Porém não podemos nem inserir a popular a esse momento, pois nesse instante o autor privilegia uma cultura de elite, mesmo que vejamos nas entrevistas a questão do cicletismo cultural defendido por Peter Burke.

Fizemos uma outra observação no capítulo 13, onde trata da crise do populismo na pág. 202, o autor vem mostrar a indústria cultural liderada pelas empresas e divulgadas através do rádio e da televisão. Neste momento o autor ressalta que a televisão nessa época (déc. 60) era um aparelho de luxo, só as classes altas tinham dinheiro para comprar, porém faz uma prévia da força que a televisão teria no país a partir dos anos 70.

Vendo a questão da cultura por esse lado que colocou o autor, nos perguntamos: E a Cultura Popular? E o restante da população que não tinha acesso a esses meios? Certamente sonhavam e produziam sua cultura dentro do seu mundo, de acordo com o seu contexto sócio-econômico e político.

Queremos fazer outra referência ao capítulo 16 onde se detém aos anos rebeldes nos anos 60. Aqui o autor dá ênfase a cultura Hippie influenciada pelos sábios chineses antigos, gurus, indianos, sua ideologia não era a guerra e sim a “paz e o amor”. E essa cultura era representada por jovens da classe média. E por apresentar características, estilos e ideologias que fugiam ao padrão social da época os Hippies não eram tão aceitos pela sociedade. O autor coloca que através dessa nova onda dos jovens a indústria mais uma vez se faz presente. Vendo que podia vender muito mais, criou produtos específicos para os jovens: roupas, discos, lanchonetes (se espalhando pelo mundo afora), boates, alimentos, refrigerantes, carros, aparelhos e eletrodomésticos, móveis, sapatos, remédios. E a publicidade fazia a cabeça da galera para o consumo desses produtos. A década de 60 foi embalada nessa onda do rock, da cocaína e do modismo moderno.

Não queremos nos deter exatamente a discussão desse contexto, pois embora interessante, não é o nosso alvo. Só queremos chamar a atenção da cultura em seu momento de revolução, como coloca o autor. Nesse contexto a cultura foi um meio pelo o qual os jovens expressavam sua liberdade de escolha, de pensamento e protesto contra as regras e normas da sociedade moderna. Como também, contra os governos ditatoriais. Também queremos ressaltar que nesse contexto dava-se prioridade a cultura de elite, pois por nenhum momento se pensou na outra face da moeda. E os jovens das classes ditas

populares? Será que não estavam ou não faziam suas adaptações culturais da cultura Hippie? Pois afinal, mesmo que não usufruissem diretamente dessa cultura, estavam ouvindo falar do que estava anunciando a televisão, o rádio e os jornais, da época.

A nossa última observação refere-se ao capítulo 19, onde corresponde exatamente ao nosso recorte temporal. O Mundo Contemporâneo que se detém a década de 90 até os nossos dias. Após citar todo o contexto econômico, político e social da época, o autor faz uma discussão de grande valia para a nossa análise, mais precisamente na página 315 no item: A pós-modernidade. Vejamos a colocação que o autor faz no 4º parágrafo desse item:

“Na pós-modernidade impera a cultura do simulado. O que é isto? A simulado da realidade. Por exemplo, a foto de uma pessoa é o simulacro dela. O mundo virtual é formado pelos simulacros. Na realidade virtual pós-moderno, o que vale é a imagem. Por exemplo, a marca da roupa, a marca da roupa (a grife) é o que faz a roupa valer (...) o simulacro não é uma ilusão, é um outro tipo de realidade (a virtual)”.

E para ser mais preciso o autor coloca no 5º parágrafo o pensamento do escritor Francis Fukuyama (1989) nos livros *O fim da história e o último homem*. Coloca que ele defendeu a tese de que nunca mais haverá transformações históricas profundas. E que a humanidade atingiu o ponto máximo: o capitalismo e o liberalismo político serão eternos. E que a partir de agora, todos deverão esquecer os debates filosóficos e as manifestações artísticas de vanguarda. As idéias revolucionárias fazem parte do passado. Nosso presente e futuro é fazer compras nos shoppings, assistir à tevê, acessos a internet, andar na moda, votar nos candidatos liberais.

Diante dos discursos usado pelo autor do livro e do discurso que ele se refere para falar da pós-modernidade nos parece muito forte e generalizador. Tais discursos nos lembra o que diz Chartier à respeito das representações da sociedade, e o que defende Foucault quando diz que os discursos que circulam na sociedade são produzidos historicamente e podem gerar subjetividades.

Ao nosso ver, o autor faz uma representação excludente quando trabalha a pós-modernidade. Isso porque, para ele o que impera é o capitalismo e o liberalismo. Sem dúvida, isso é uma constante em nossa sociedade. Porém o mesmo colocou a pós-modernidade de forma homogênia. E não é bem assim. Ele tem toda razão quando fala do individualismo, do consumismo, que tudo isso leva a uma perda de valores, ou a uma construção de novos valores como a competição, a individualidade, a estética, enfim, a uma série de valores que levam as pessoas a priorizar acima de tudo os bens materiais e uma

posição social. E esquecem que ao vivermos em sociedade por mais dinheiro, tecnologia que venham a facilitar a nossa vida, elas jamais substituirão o amor, o respeito, o afeto, os laços familiares e de amizade que nós como seres humanos necessitamos. Pois o ser humano sente, chora, rir, ama, sofre, etc.

E se formos ver a questão da cultura popular, podemos perceber que a mesma vai ficando à margem, nesse contexto se levarmos em consideração o discurso desse autor. Pois quando ele diz que a humanidade atingiu o ponto máximo do capitalismo e do liberalismo político e que a partir de agora, todos deverão esquecer os debates filosóficos e as manifestações artísticas de vanguarda. Imagine a cultura popular, onde fica nesse contexto? Pois o mesmo deixa bem claro o que está interessando para a sociedade pós-moderna é o mundo virtual.

Quando dizemos que o mesmo faz generalizações é porque sabemos que essa não é uma realidade social econômica, política e cultural de toda a sociedade brasileira. Em pleno século XXI, o século da informatização, da globalização, nós sabemos que o seu impacto é grande e abrange praticamente o mundo inteiro através dos meios de comunicação de massa. Porém, como sabemos é uma minoria que tem acesso a essas tecnologias avançadas (como ao computador, por exemplo, que hoje é o meio mais rápido de se atualizar). Realmente concordamos quando o autor diz que o capitalismo e o liberalismo político lideraram a sociedade, lideraram ao ponto de provocar tantas exclusões sociais. Pois quantos alunos e professores não sabem sequer ligar um computador, quanto mais possuí-lo e mantê-lo. Mais uma vez entendemos que assim como os autores do livro didático analisa anteriormente não trazem para as discussões dos conteúdos contemporâneos a Cultura Popular. E assim, quando não as menciona, tende a ficar esquecida. Porém cabe aos professores fazer sua interferência à respeito do tema. Assim nos chama a atenção Martha Abreu:

“Há, certamente uma posição clara, teórica e política nada ingênua, diga-se de passagem ao se defender a utilização da expressão cultura popular. O objetivo é colocar no centro da investigação as pessoas de baixa renda, geralmente identificadas e discriminadas socialmente pela cor da pele, pelo local de moradia, pelo modo de se vestir e pela pretensa criminalidade. No sentido político, seriam os desprovidos de poder. Se podem ser tratados genericamente por populares (sem obrigação de distinções desse gênero, raça, idade, região e religião), isto deve-se ao fato de compartilharem certos aspectos, que devem ser demonstrados, tais como condições de vida, significados de danças, gostos, e de modo geral, assim serem considerados por autoridades policiais, professores, intelectuais e, muitas vezes por eles próprios. Deve-se considerar que muitos organizadores de

festas, membros de grupos folclóricos, músicas, artistas plástico e artesãos se auto denominarem “populares”. (pags 94-95).

O trecho exposto nos remete a várias interpretações. Em relação a sociedade capitalista em que vivemos é impossível negarmos que existem essas especificidades colocadas por Martha Abreu. Porém se nós professores continuarmos fechando os olhos para esse tipo de discussão em sala de aula estaremos reproduzindo apenas os discursos trazidos pelos livros didáticos, que enaltecem a cultura elitizada e a cultura de consumo. Sem querer que os livros didáticos contribuem para a construção de identidades como: negro, pobre, vilho, marginal, entre outros.

Por outro lado, Cecília Azevedo e Maria Regina Celestino de Almeida (2003), mostram que os estudos sobre negros, índios, populações migrantes e realções de contato entre os grupos mais variados ganham novas dimensões quando analisados à luz das recentes abordagens interdisciplinaridades da história e da antropologia. E a história cultural permite essa abertura. E se tratando de cultura como produto histórico, dinâmico e flexível conduz as novas abordagens sobre relações de contato que, priorizando as idéias de apropriações e re-significação cultural, questionam e complexificam o conceito de aculturação.

Segundo as autoras tais abordagens favorece a idéia de que, apesar dos condicionamentos culturais, os homens orientam-se por estratégias móveis, por interesses e objetivos que se transformam com suas experiências históricas, permitindo-lhes reformular culturas, valores, memórias e até identidades, e que tais identidades, regionalismos religiosos, étnicas, profissionais, ou um nível macro, nacionais surgem como construções fluidas, dinâmicas e flexíveis, que se constroem através de complexos processos de apropriações e re-significações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem daí se falar em identidades inter e intracontrastivas.

Essa discussão se faz necessária em nossa análise pelo fato de estarmos analisando a temática nos livros didáticos. E essas identidades são nomeadas e classificadas pelas linguagens, e pelas narrativas, ou seja, os seus significados são instituídos pelo poder da linguagem. E o livro didático é constituído de narrativas que sacralizam poderes. É um dos lugares de leituras que contribui para instituir práticas culturais muitas vezes discriminatórias e preconceituosas, dando-lhes sentidos binários, como o próprio tema analisado que é o oposto de cultura erudita. E segundo Larissa Viana (2003) os currículos e professores deixam

de ganhar por não dedicarem um espaço mais amplo ao debate da cultura popular, segundo ela isso acontece pelas próprias distorções teóricas sobre o tema folclore e cultura popular e boa parte das críticas e limitações atribuídas ao conceito de cultura popular estão relacionadas com as “dificuldades” de se lidar com a categoria povo. Que podem estar diretamente relacionadas com os discursos preconceituosos e inferiores que foram cosntruídos em torno do termo cultura popular historicamente.

Para tanto, Larissa Viana nos chama a atenção para as vantagens que o trabalho com cultura popular pode oferecer aos professores de história e de outras áreas. Diz que ao trabalharmos com a discussão da cultura popular privilegiando a ação e a interação entre diferentes setores da sociedade o professor que dela se aproxima com instrumentos de análise saídos da tradição de estudos da cultura popular, discutindo noções de resistência, conflito, identidade, circularidade, apropriações, cultura de massa, certamente promoverá um debate mais rico.

O que nos coloca a autora nos leva a pensarmos em nossa própria postura enquanto professor de história. Pois convivemos com diversidades culturais dentro da própria escola e porque não dizer da sala de aula e na nossa comunidade. Elas existem, não podemos negá-las. E devemos nos preparar para lidar com as mesmas. E como nos lembra Larissa Viana, cabe reconhecer ainda que devemos nos limitar aos fragmentos folclóricos no estudo das culturas do povo. Isso porque defende ela, se a cultura popular é ação, podemos reencontrar os artistas populares e suas produções nos arredores da própria escola, onde é possível pesquisar de forma dinâmica o contexto que envolve tais produções.

Acreditamos nesse olhar que Larissa Viana nos sugere sobre a Cultura Popular é que professores de História que lecionam na escola a qual trabalhamos desenvolveram o enredo do desfile cívico do dia 7 de setembro de 2006, fazendo exatamente o que nos sugere a autora. Fizemos um estudo das danças e ritmos em termos de Brasil e de município. A partir desse levantamento consultamos o alunado para fazermos um levantamento do conhecimento deles a respeito dessas danças e ritmos, como também suas impressões, interesse e preferências por essas manifestações, que vale ressaltar, houver uma diversidade de preferência tais como: pelo frevo, xaxado, baião, samba, dança-do-pezinho, brega, fank, capoeira, vanerão, forró, pagoda, carimbó entre outros.

Montamos o roteiro do desfile pela ordem de surgimento e modificações dos ritmos e danças. Fizemos a caracterização e as demonstrações possíveis. Ao longo do desfile lia-se para o público e para os alunos a história de cada dança e ritmo

apresentado.

Acreditamos que esse foi um momento oportuno para trabalharmos essa temática. Além de ser sido um tema pensado pelos professores de história e acatado pelos professores de outras áreas, também foi aceito pelo alunado que ultimamente apresentam uma resistência em não querer mais participar dos desfiles de 7 de setembro, devido a diversos

fatores políticos e econômicos que permeia pela história da Independência do Brasil, que no momento não temos como nos deter mais a fundo. E que é uma manifestação tradicional, sem dúvida, porém, necessita de novos olhares e novas roupagens e abordagens se nos interessar que continue fazendo parte da nossa cultura. Pois não deixa de ser um momento onde podemos levar para fora da escola discussões e reflexões que venham desconstruir, preconceitos, conflitos sociais.

Esse trabalho foi de grande valia se visto no âmbito da cultura popular. Pois contribui sem dúvida, para a integração de diversas culturas. Além das reflexões e valorizações da cultura do Sul, Norte, Nordeste, centro-oeste do Brasil e da nossa cultura local. Em movimento algum enalteçemos ou diminu-imos as manifestações culturais apresentadas. Fizemos questão de mostrar a sua história para que os alunos e a comunidade conhecesse e a partir do momento que passassem a conhecer certamente possam respeitar e a valorizar a cultura do outro, que muitas vezes por não se ter um conhecimento mais próximo cometemos julgamentos e impressões distorcidas e até tratamos com indiferenças e rejeição.

Essa questão colocada à respeito do outro é levantado por Vera Regina Veiga França do ponto de vista dos discursos de identidade e alteridade. Assim a autora se remete a essa questão:

“ A identidade tem a ver com discursos, objetos, práticas simbólicas que nos posicionam no mundo que dizem nosso lugar com relação ao outro (outros pontos de referência, outro lugar). Ao fazer isto, a identidade também marca e estabelece uma posição, o lugar que efetivamente construímos e no qual nos inserimos. Ela se constrói assim – nessa interseção entre discursos que nos posicionam e o nosso movimento de nos posicionarmos enquanto sujeitos no mundo”. (pag. 2)

Diante do exposto, podemos detectar os discursos de identidades que existem em relação as diversas culturas, sobretudo da cultura dita popular. No caso da música brega por exemplo que ganha essa nomação associação a discursos advindos de pessoas que têm preferência por outros estilos musicais que consideram melhor que o brega e o definem como cafona, rídilo, pobre, ultrapassado, etc. Sem esquecer que, para os adeptos do brega ele

tem um sentido, lhes passa ou transmite uma mensagem que tem a ver com o seu mundo. Pois o mesmo já é feito na tentativa de expressar uma dita realidade dos sujeitos que sofrem por amor, por causa de chifres, da situação financeira, das perdas, dos sonhos que não realizou, enfim, não podemos deixar de evidenciar nesse momento o que nos fala Chartier das representações do mundo social, ou da tentativa da representação da realidade, que muitas

vezes exprime de forma tão profunda que o real acaba chocando aqueles sujeitos que não vivenciam essa realidade e cabam gerando as tão famosas subjetividades culturais, nesse caso.

Queremos externar as nossas profundas lamentações em perceber que apesar dos autores dos livros didáticos analisados virem trazendo novas abordagens críticas relacionados à modernidade os mesmos acabam incorporando a sociedade capitalista e a política neoliberal deixando de discutir os temas transversais: pluralidade cultural, sexualidade, ética, cidadania e meio ambiente. E quando o fazem nas entrelinhas. Pois o nosso alunado de ensino fundamental não tem um embasamento teórico dos autores para atentarem para essas questões. Também, não podemos ficar esperando que os livros didáticos levantem essas abordagens para podermos começar a discutí-las em sala de aula. Como sabemos os PCN's nos dão essa abertura, para tanto, resta-nos criar situações metodológicas para inserí-las e discutí-las em sala de aula.

CAPÍTULO III

Como os PCN's de História propõem que os professores trabalhem a questão da Cultura Popular.

Embora, os autores dos livros didáticos analisados não tenham se detido ao tema da Cultura Popular. Com mais especificidade, percebemos que os mesmos deram ênfase aos conteúdos propostos para o quarto ciclo pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Sendo que, o estudo da cultura encontra-se inserido entre eles. Onde a cultura vem ser discutida as problemáticas da cultura contemporânea (rádio, televisão, jornais, revistas, cinema, computador, propaganda, criação artísticas).

Não podemos dizer, que os autores tinham por obrigação ter trabalhado ou privilegiado diretamente a temática. Isso porque, se os professores tiverem um conhecimento, e uma leitura reflexivas das propostas dos PCN's, veremos que essa não é uma obrigação exclusiva dos livros didáticos, mas sim, da condução pedagógica e metodológica dos professores de História, como também da sua formação acadêmica, qual o seu olhar e a importância que ele dá à cultura e como a discute em sala de aula.

Para uma melhor reflexão a esse respeito é importante que relembremos o que nos propõe os PCN's para o estudo da história no ensino fundamental.

De início é bom ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a realidade brasileira como diversa, e as problemáticas das escolas, das localidades

e das regiões como múltiplas. E admitem seus autores que é no dia-a-dia das escolas e das salas de aula, a partir das condições, contradições e recursos inerentes à realidade local e educacional, que são construídos os currículos reais. Como também colocam que são grupos de professores e alunos, de pais e educadores, em contextos sociais e educacionais concretos e peculiares, que formulam e colocam em prática as propostas de ensino. Sendo que, os PCN's representam mais um instrumento de trabalho para o cotidiano escolar.

Vimos que, os PCNs dão abertura para uma flexibilidade dos currículos em cada realidade sócio-cultural e econômica em que se vivenciam professores e alunos. Eles vêm apenas fazendo um referencial que pode sofrer suas adaptações, modificações, dependendo do contexto em que estejam sendo utilizados.

Segundo os seus autores, eles também têm a intenção de auxiliar o professor na reflexão sobre os pressupostos históricos e pedagógicos de ensino e sobre as

abordagens e conteúdos selecionados para os estudos escolares, apresentando assim, um histórico da própria disciplina de História no Brasil, no intuito de contribuir para que o professor se posicione diante do ensino de História, especialmente quanto às suas finalidades e possibilidades de transformações. Além disso elencam as características e importância social do conhecimento histórico, como também, os objetivos, conteúdos, eixos temático de cada ciclo, as orientações e métodos didáticos e Critérios de avaliação.

Todas as discussões realizadas pelos autores dos PCN's são voltadas para a formação do cidadão, para o exercício da cidadania, como também, para o trabalho do professor nesse processo que é de fundamental importância pois é ele quem medeia toda a ação pedagógica no estudo e no ensino de História.

Em se tratando da temática da Cultura Popular, os PCN's contribuem para o estudo da mesma devido a vários fatores: Primeiro eles dão “autonomia” curricular e respeitam a diversidade cultural do país; Segundo, acompanham as mudanças teóricas e metodológicas no ensino de história, reconhecendo, professores e alunos como sujeito ativo no processo de aprendizagem; Entendem a história como um campo de pesquisa e produção de saber em constante debate. Trazem para a luz das discussões as novas abordagens que iluminam as análises políticas de instituições, de líderes governamentais, de partidos, de lutas sociais e de políticas públicas. Ao mesmo tempo, novos temas sociais e culturais ganham relevâncias tais como: as pesquisas destinadas a aprofundar e revelar as dimensões da vida cotidiana de trabalhadores, mulheres, crianças, grupos étnicos, velhos e jovens e das pesquisas que estudam práticas e valores relacionados às festas, à saúde, a doença, ao corpo, à sexualidade, à prisão, à educação, à cidade, à natureza e à arte; reconhecer como fontes de pesquisa a documentação escrita e institucional, como também documentos de diferentes linguagens – textos – imagens, relatos orais, objetos e registros sonoros.

Para tanto, cabe ao professor incluir a temática no currículo, tendo em vista que a mesma está relacionada as abordagens referentes a problemática da cultura contemporânea. Pois vivenciamos uma realidade onde lidamos diretamente com alunos advindo das classes populares e sem dúvida essa problematização à respeito da cultura popular se faz necessária nas salas de aula. Para que o aluno perceba as diferenças, compare-as e saiba posicionar-se de forma crítica diante delas.

Segundo os autores dos PCN's para que os alunos tenham tal postura se faz necessário o fortalecimento de diferentes abordagens que enfatizam a problematização do social, procurando ora nos grandes movimentos coletivos, ora nas particularidades

individuais, de grupos e nas suas inter-relações, o modo de viver, sentir, pensar e agir de homens, mulheres, trabalhadores, que produzem, no dia-a-dia e ao longo do tempo, as práticas culturais e o mundo social.

Ressaltam também, que os estudos da cultura e das representações alertam para o fato de que, assim como as obras de arte, os artefatos, os textos e as imagens estão repletos de significações – complementares e contraditórias – as obras historiográficas, do mesmo modo, possuem seu tempo, seu lugar, seus valores suas ideologias.

Os PCN's, por sua vez, levam em consideração a diversidade de temas e abordagens que têm sido alimentada e fundamentada pelo diálogo da História com outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas, ou seja, da Interdisciplinaridade. Valorizam a idéia de diversidade cultural e multilicam as concepções de tempo.

Para tanto, muitas reflexões inerentes à pesquisa histórica são significativas para o ensino na escola fundamental, defendem seus autores. Segundo eles, as abordagens teóricas que problematizam a realidade social e identificam a participação ativa das pessoas “comuns” na construção da História – nas suas resistências, divergências de valores e práticas, reelaboradas da cultura instigam, por exemplo, propostas e métodos de ensino que valorizam os alunos como protagonistas da realidade social e da História e sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

Enfatizam que o domínio das noções de diferenças, semelhanças, transformações e permanências possibilita ao aluno estabelecer relações e, no processo de distinção e análise, adquirir novos domínios cognitivos e aumentar o seu conhecimento sobre si mesmo, seu grupo, sua região, seu país, o mundo e outras formas de viver e outras práticas sociais, culturais, políticas e econômicas construídas por diferentes povos.

E por fim, dizem que, para se formar cidadãos conscientes e críticos da realidade em que estão inseridos, é necessário fazer escolhas pedagógicas pelas quais o estudante possa conhecer as problemáticas e os anseios individuais, de classe e de grupos-local, regional, nacional e internacional – que projetam a cidadania como prática e ideal; distinguir as diferenças do significado de cidadania para vários povos e conhecer conceituações históricas delineadas por estudiosos do tema em diferentes épocas.

Sendo assim, vêm a cidadania atualmente como um tema novo que envolvem problemas tais como: o desemprego; a segregação étnica e religiosa; o reconhecimento da especificidade cultural indígena; os novos movimentos sociais; desrespeito

pela vida e pela saúde; a preservação do patrimônio histórico – cultural; a representação do meio ambiente; a ausência de ética nos meios de comunicação de massa, o crescimento da violência e da criminalidade.

Enfim, tendo em vista todas essas considerações dos autores dos PCN's em relação ao ensino, a pesquisa e as abordagens históricas, podemos perceber que são de grande valia para a questão do trabalho da cultura popular. Tomando como referência tais abordagens podemos lidar com a temática numa perspectiva histórica, ou seja, estamos trazendo para a história para a sala de aula e para nossas discussões uma temática que muitas vezes é marginalizada pela própria historiografia, por professores e livros didáticos.

Podemos através da perspectiva da história cultural discutir a temática com respeito, desconstruir discursos que giram em torno da mesma. Além disso, podemos estar trabalhando um conteúdo relacionado com a vivência dos nossos alunos que através de uma perspectiva histórica pode ser sistematizado e historicizado na escola, levando-se em consideração as especificidades e diversidades culturais existente no nosso país. Para que assim, o aluno possa desenvolver um pensamento crítico, reflexivo e de respeito não só para com a cultura popular, mas para com a cultura em geral.

Contribuições pedagógicas do tema.

Ao percorrer o universo dos livros didáticos de história de Mário e Shmidt analisando a “Cultura Popular” estamos conscientes da contribuição Pedagógica dessa temática para nossa prática pedagógica, como para futuras pesquisas na academia.

Quando refiro-me a prática pedagógica estou ressaltando, a importância, e utilidade e os conhecimentos adquiridos na execução desse trabalho. Sinto-me gratificada pela escolha e discussão dessa temática. Pois ao começar lecionar História no Ensino Fundamental, estarei consciente das minhas atribuições ao lidar com a cultura. Estou certa que terei que abrir espaço para a discussão dessa temática pois faz parte da vivência da maioria dos alunos. Após a pesquisa já tenho um maior embasamento teórico., sobretudo dos historiadores Roger Chartier, Peter Burke e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são de grande importância para os professores se situar em todos os aspectos relacionados à História.

Estou convicta da minha contribuição para a academia, pois é uma temática abrangente entre os estudiosos culturais porém dentro da academia ainda são poucos os trabalhos monográficos que tratam sobre o tema.

Sou consciente das limitações do trabalho devido ao curto prazo que foi produzido. Porém não deixa de ser um tema presente na história das sociedades. Pois apesar de todos os avanços tecnológicos, do capitalismo, da globalização de idéias, produtos, mercado e da cultura elitizada, a cultura popular não foi extinta como muitos pensam, ao contrário, ela continua viva, pois os grupos sociais sejam eles de classe média ou popular, não deixam de produzir cultura, de reiventá-la e modificá-la de acordo com o contexto social em que se encontram.

Vendo por esse lado, o nosso trabalho só tem a acrescentar nos estudos culturais. Pois temos em vista uma problemática que não pode ser mascarada ela existe e tem que ser discutida pela academia e por professores do ensino fundamental e médio. Se não estaremos reproduzindo em sala de aula os discursos que circulam na sociedade à respeito da Cultura Popular, que é vista como algo sem importância, sem crédito porque advém das classes menos favorecidas. Se não trouxermos temáticas como essas para nossas discussões e reflexões na sala de aula não estaremos contribuindo para o exercício da cidadania, nem tão

pouco formando cidadãos, críticos, conscientes e atuantes na sociedade em que vivem, tendo o respeito e as oportunidades que lhes são de direito.

Sabemos que não será só esta temática que lhes dará abertura para a cidadania, porém, a exemplo desta, poderemos trabalhar muitas e muitas questões que geram preconceito, discriminação e desigualdades nas salas de aulas, lugar esse que tem por obrigação sistematizar o conhecimento de forma democrática e transformadora.

Fica-nos assim, a certeza de ter despertado o olhar dos alunos, professores e da comunidade acadêmica que é a produtiva maior do conhecimento científico a refletir, repensar e a estimular projetos de pesquisa e estudos voltados para a inserção dessa temática na historiografia, nos livros didáticos, na academia e nas escolas em todos os seus seguimentos realidades sócio cultural e econômica em que se situam.

Para tanto, o estudo da Cultura Popular possibilitará ao aluno do ensino fundamental ou médio a utilizar conceitos para explicar relações sociais, econômicas e políticas de realidades históricas singulares, com destaque para a questão da cidadania; reconhecer as diferentes formas de poder inter e intragrupos sociais.

E é nessa perspectiva que incluímos a cultura popular, pois a mesma está intrinsecamente relacionada as classes sociais.

E é exatamente aí, que entra a participação do professor e do currículo escolar. Isso porque o currículo tem por obrigação priorizar os conteúdos básicos que contribuam para que o aluno tenha uma visão generalizada do mundo. Mesmo que o professor tenha que partir dos conhecimentos prévios, a escola ou o professor melhor dizendo, tem a função de sistematizá-las de forma democrática e transformadora caso contrário, nos limitaremos aos conhecimentos corriqueiros que o aluno tem à respeito da cultura e não ampliaremos nem os transformaremos. E em história esse processo acontece por meio de discussões, reflexões, confrontos de autores, questionamentos, pesquisas, relatórios, desenvolvendo o senso crítico do educando para que ele possa interferir e posicionar-se diante do conhecimento adquirido.

Para isso, se faz necessário, sem sombra de dúvidas, que essa interferência pedagógica realizada pelo professor seja feita por um profissional com uma boa formação acadêmica.

Porém, vale salientar, que para que o professor consiga realizar sua função de transmissor, mediador e democratizador do saber sistematizado é necessário que o mesmo receba atenção por parte do poder público em termos de formação, atualização e

remuneração. Isso se faz necessário pelo fato de que, se a sociedade tem o direito de cobrar competência, é preciso que o professor seja remunerado e valorizado convenientemente.

Se o professor não dispuser de recursos didáticos de boa qualidade a tendência é realizar um trabalho de péssima qualidade. Isso tenha uma boa formação ele tem meios para direcionar seu trabalho sem muitos atropelos. Pois se ele for um professor que seja uma linha historiográfica condizente com a história cultural, por exemplo, com certeza terá mais facilidade para lidar com alunos das classes populares e com a própria temática da cultura popular.

Por fim, fica difícil exigirmos dos professores de História como coloca os PCN's uma postura homogênea para com o ensino da História. Isso porque existem diversidades até mesmo dos professores, na formação acadêmica de cultura, de classe social.

Por isso ser tão importante, repito, a formação, atualização, valorização e remuneração do profissional de História ou outro qualquer, para que desempenha um trabalho com mais êxito para o profissional e para os educandos.

Considerações Finais

O trabalho monográfico que ora realizamos nos possibilitou ampliar a nossa visão em torno de um tema tão amplo e complexo como o da cultura popular analisado a partir dos livros didáticos de História do Ensino Fundamental da 8ª série.

A análise feita nos livros possibilitou a iluminação e integração de certos temas.

Tivemos uma melhor situação da temática Cultura Popular através das leituras realizadas a partir dos historiadores Roger Chartier, Piter Burke e Martha Abreu, que tão bem discutem a temática. Roger Chartier contribuiu de forma significativa porque através do seu conceito de representação do mundo social, entendemos que a cultura popular não foi representada nos livros didáticos analisados, nem em forma de discurso nem tão pouco pelas as imagens, pelo fato de que os autores tem uma representação da sociedade como se só existisse o mundo globalizado informatizado e modernizado, talvez a representação do mundo em que eles vivem, de uma realidade vivenciada por eles. E dessa forma, apresentam um mundo hierarquizado, ordenado e como acontece nas representações do mundo social excluem, que? A cultura popular, já que a mesma existe devido essa hierarquização das representações e dos discursos que circulam na sociedade, nos livros didáticos e na própria historiografia.

Através de Piter Burke, percebemos o universo das variedades da história cultural e da própria cultura. Como também passamos a entender suas especificidades e subculturas. Uma cultura pode ter aspectos, empréstimos de outras culturas seja de elite, erudita ou popular, ou seja, não existe cultura homogênia.

Com Martha Abreu despertamos para a importância de se trabalhar com a cultura popular em sala de aula. Pois a mesma defende que esta é uma temática de grande relevância no sentido de colocar problemas, evidenciar diferenças e ajudar a pensar a realidade social e cultural, sempre multifacetada, seja a da sala de aula, a do nosso cotidiano ou as fontes históricas.

Constatamos enfim, através da análise dos livros didáticos que os autores (Schmidt e Marino) não priorizaram a cultura popular, sendo que o primeiro trabalha a história numa perspectiva crítica e questionadora e o segundo com as propostas Curriculares

Nacionais que dão abertura para a interdisciplinaridade e para os temas transversais, mesmo assim, a cultura popular não fora posta em discussão.

Por fim, foi gratificante e bastante útil pensar à respeito da importância do estudo da temática em torno do currículo e da competência do Professor e de suas contribuições pedagógicas e acadêmicas para o estudo e o ensino da cultura popular e da história.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien Gonsalves(1999). *O Processo de avaliação de livros didáticos- História* – In: História: Fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis. V. 01.

GATTI JÚNIOR, Décio. *Um itinerário de desigualdades: livros didáticos de história e massificação do ensino na escola brasileira (1960-1990)*. In: História: Fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis. v. 01.

AZEVEDO, Cecília & ALMEIDA, Maria Regina Celestino (2003). *Identidades Plurais*. In: Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Faperj.

ABREU, Martha (2003). *Cultura Popular: um conceito e várias histórias*. In: Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Faperj.

LIMA e FONSECA, Thais Nívia (1999) *O livro didático de história: lugar de memória e formador de identidades*. In: História e Fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis. v. 01

SCHMIDT, Mario Furley.(2002) *Nova História Crítica*. São Pulo: Nova Geração

STAMPACCHIO Léo & MARINO, Denise Mattos(2002) *Projeto educação para o século XXI. 2ª ed.* SãoPaulo. Moderna